



Fundação de Apoio ao Desenvolvimento  
da Universidade Estadual de Londrina

**MUNICÍPIO DE PRIMEIRO DE MAIO**  
**EDITAL Nº 001/2016**  
**DATA DA PROVA: 09/10/2016**

**CARGO:**  
**ADVOGADO**  
**(NÍVEL SUPERIOR)**

**Língua Portuguesa:** Questões 01 a 06; **Matemática:** Questões 07 a 10;

**Conhecimentos Gerais:** Questões 11 a 14; **Conhecimentos Específicos:** Questões 15 a 30.

**LEIA AS INSTRUÇÕES ABAIXO ANTES DE INICIAR A PROVA**

1	Identifique-se na parte inferior da capa deste caderno de questões.
2	A prova terá duração de 4 (quatro) horas, incluindo o tempo de preenchimento do cartão-resposta
3	Utilize caneta esferográfica azul ou preta no preenchimento do cartão-resposta.
4	O candidato só poderá retirar-se da sala após 1 (uma) hora do início das provas, seja para ir embora ou para utilizar os sanitários.
5	Este caderno de provas contém 30 (trinta) questões de múltipla escolha (a,b,c,d).
6	Cada questão de múltipla escolha apresenta uma única resposta correta.
7	Verifique se o caderno está completo e sem imperfeições gráficas. Se houver algum problema, comunique imediatamente ao fiscal.
8	Durante a aplicação da prova é proibido qualquer tipo de consulta.
9	Este caderno de provas pode ser usado como rascunho, sendo a correção da prova feita única e exclusivamente pela leitura eletrônica dos cartões-resposta.
10	Assine o cartão-resposta no local indicado.
11	Não serão computadas questões não assinaladas no cartão-resposta, ou que contenham mais de uma resposta, emenda ou rasura.
12	Ao término da prova, o cartão-resposta deverá ser devolvido ao fiscal da prova.
13	O caderno de prova poderá ser levado somente pelo candidato que se retirar da sala de aplicação de provas no decurso da última hora da realização das mesmas.
14	É obrigatória a saída simultânea dos 3 (três) últimos candidatos, que assinarão a ata de encerramento da aplicação da prova e acompanharão os fiscais à coordenação para lacre do envelope de cartões-resposta.

**Identificação do candidato**

Nome (em letra de forma)	Nº do Documento

## QUESTÕES 01 A 06 - LÍNGUA PORTUGUESA

---

**Leia a seguinte reflexão atribuída ao poeta grego Hesíodo, extraída da obra *Ética a Nicômaco*, para responder às questões 1 a 6.**

*“Ótimo é aquele que de si mesmo conhece todas as coisas;*

*Bom, o que escuta os conselhos dos homens judiciosos.*

*Mas o que por si não pensa, nem acolhe a sabedoria alheia,*

*Esse é, em verdade, uma criatura inútil”.*

---

01. Assinale a alternativa que apresenta uma interpretação correta sobre o sentido moral dessa reflexão.

- a) É inútil conhecer as coisas por via indireta, pois apenas a experiência pessoal traz benefícios reais.
  - b) O conhecimento das coisas, direto ou indireto, é sempre mais proveitoso do que a ignorância.
  - c) É preferível conhecer as coisas do mundo por ouvir falar do que por experiência própria.
  - d) O homem que dá ouvidos a conselhos de pessoas ignorantes acaba também se tornando um ignorante.
- 

02. Releia o primeiro verso da reflexão de Hesíodo: *“Ótimo é aquele que de si mesmo conhece todas as coisas”*. Neste caso, a palavra “aquele” é classificada gramaticalmente como:

- a) Pronome possessivo.
  - b) Substantivo próprio.
  - c) Pronome demonstrativo.
  - d) Substantivo comum.
- 

03. No terceiro verso do texto, aparece a expressão “sabedoria alheia”. Assinale a alternativa que indica um termo que poderia substituir a expressão “alheia”, sem alterar o sentido pretendido pelo poeta.

- a) alienada
  - b) desatenta
  - c) distante
  - d) dos outros
- 

04. Assinale a alternativa que apresenta APENAS adjetivos que aparecem no texto.

- a) Aquele, que, si, esse.
  - b) Coisas, conselhos, homens, sabedoria.
  - c) Ótimo, bom, judiciosos, inútil.
  - d) Conhece, escuta, pensa, acolhe.
- 

05. Considere o segundo verso do texto: *“Bom, o que escuta os conselhos dos homens judiciosos”*. Neste caso, a vírgula exerce uma função:

- a) adversativa, tendo em vista que se opõe ao sentido do verso anterior.
  - b) meramente estética, pois a sua ausência não afetaria o sentido original do texto.
  - c) metafórica, porque simboliza os homens que ignoram conselhos.
  - d) elíptica, ou seja, serve para evitar a repetição desnecessária de palavras.
- 

06. Assinale a alternativa que apresenta um significado correto para o adjetivo “judiciosos”, conforme empregado no segundo verso do texto.

- a) Encantadores.
  - b) Imprudentes.
  - c) Levianos.
  - d) Sensatos.
- 

## QUESTÕES 07 A 10 - MATEMÁTICA

---

07. Considerando uma mesma taxa mensal, aplicar certa quantia de dinheiro em um regime de juros compostos, ao invés de regime de juros simples, é mais vantajoso porque:

- a) O regime de juros compostos rende, em cada mês, a mesma quantia, totalizando um montante maior ao fim de um período longo.
  - b) O rendimento mensal do regime de juros simples é cada vez menor, sendo vantajoso apenas em compras, mas não em aplicações.
  - c) A taxa de juros incide sobre um montante cada vez maior e não sempre no capital inicial.
  - d) O regime de juros compostos só é vantajoso quando se quer uma rentabilidade menor.
- 

08. Duas pessoas serão escolhidas, por sorteio, para um final de semana em um hotel fazenda. Sabendo que 10 casais estão concorrendo, qual a probabilidade aproximada de que as duas pessoas escolhidas sejam casadas uma com a outra?

- a) 20%
  - b) 11%
  - c) 1%
  - d) 5%
- 

09. Qual é a menor das raízes da equação  $3x^2 - 7x + 2 = 0$ ?

- a)  $\frac{1}{3}$
  - b) -2
  - c) 2
  - d)  $\frac{2}{3}$
-

10. Um retângulo possui perímetro igual a 24 cm. Assinale a alternativa que contém a função que expressa sua área em função de um de seus lados.

- a)  $A(x) = 12x - x^2$
- b)  $A(x) = 24x + x^2$
- c)  $A(x) = x^2 + 24$
- d)  $A(x) = 2x + 2y$

#### QUESTÕES 11 A 14 - CONHECIMENTOS GERAIS

---

11. Leia a notícia abaixo, a respeito da atual corrida presidencial norte-americana, e assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna.

“O Partido Democrata decidiu na terça-feira que \_\_\_\_\_ será a candidata à eleição presidencial de novembro. É a primeira vez que um grande partido dos Estados Unidos indica uma mulher para o cargo de comandante-chefe”. (Jornal El País, 27/07/2016).

- a) Donald Trump
- b) Hillary Clinton
- c) Michelle Obama
- d) Sarah Palin

12. Neste ano, o Congresso Nacional aprovou a admissibilidade do impeachment de Dilma Rousseff. Com isso, assumiu a presidência interinamente Michel Temer. Neste novo cenário político, o cargo de Ministro das Relações Exteriores foi confiado a:

- a) Aécio Neves (PSDB).
- b) Eduardo Cunha (PMDB).
- c) José Serra (PSDB).
- d) Luís Inácio Lula da Silva (PT).

13. Em relação ao conceito de “democracia”, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) O conceito de democracia remonta à experiência de autogoverno dos cidadãos atenienses, na Grécia Antiga.
- b) A palavra “democracia” é formada por dois vocábulos de origem grega (demos+kracia) que juntos significam “governo exercido por muitos”.
- c) Além de ser um regime político, o atual conceito de democracia envolve também atitudes, comportamentos e concepções morais.
- d) Numa democracia direta, como a brasileira, as decisões políticas são tomadas diretamente pelos cidadãos, e não por representantes eleitos por eles.

14. Leia a análise abaixo, sobre um importante aspecto da atualidade, e assinale a alternativa que preenche de forma correta a lacuna.

“Ao longo de setenta anos, a \_\_\_\_\_ vinha sendo vista como solução para os problemas do mundo. Ao longo desse período, o comércio internacional, os fluxos de capital e a migração aumentaram de forma constante. E havia uma ampla aceitação de que todos se beneficiam com ela. Inúmeros estudos e uma classe média em expansão na China e na Índia pareciam comprovar isso”. (DW Notícias, 04/07/2016, com adaptações).

- a) cultura ocidental
- b) globalização
- c) crise econômica
- d) mídia

#### QUESTÕES 15 A 30 - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

---

15. Com base no texto constitucional e na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta acerca dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos.

- a) O direito de propriedade, em nosso sistema, não se reveste de caráter absoluto, eis que sofre limitações provenientes da função social, o que não autoriza, entretanto, intervenção estatal na esfera dominial privada.
- b) A Constituição da República garante que são assegurados a todos, independente do pagamento de taxas, o direito de petição aos Poderes Públicos, em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder, havendo evidente inconstitucionalidade na exigência de depósito prévio de dinheiro para admissibilidade de recurso administrativo.
- c) A lei considerará crimes inafiançáveis, imprescritíveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, omitirem-se.
- d) É livre a manifestação do pensamento, admitindo-se, inclusive, o anonimato.

16. Sobre o Poder Executivo, com fulcro nas disposições constitucionais, é correto afirmar que:

- a) O Conselho da República é órgão de consulta do Presidente da República nos assuntos relacionados com a soberania nacional e a defesa do Estado democrático.
- b) Os líderes da maioria e da minoria na Câmara dos Deputados e os líderes da maioria e da minoria no Senado Federal integram a composição do Conselho de Defesa Nacional.

c) O Presidente da República, na vigência de seu mandato, pode ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício de suas funções.

d) A competência para prover cargos públicos federais pode ser delegada pelo Presidente da República a Ministro de Estado, na forma da lei.

---

17. Sobre a competência do Supremo Tribunal Federal, de acordo com o texto constitucional e a jurisprudência, é correto afirmar que:

a) Não cabe ação direta de inconstitucionalidade de lei do Distrito Federal derivada da sua competência legislativa municipal.

b) Compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar originariamente a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual.

c) O julgamento de litígio entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e Município da federação compete ao Supremo Tribunal Federal.

d) Compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar originariamente a reclamação para a preservação de sua competência e garantia da autoridade de suas decisões, inclusive quando já houver transitado em julgado o ato judicial que se alega tenha desrespeitado decisão da corte.

---

18. A respeito do ato ilícito, assinale a alternativa correta.

a) Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, desde que não exclusivamente moral, comete ato ilícito.

b) Não constitui ato ilícito a lesão à pessoa praticada com o fim de remover perigo iminente, desde que absolutamente necessário, de forma a não exceder os limites do indispensável para a remoção do perigo.

c) Os atos praticados em legítima defesa são considerados atos ilícitos.

d) O titular de um direito que, ao exercê-lo, excede de forma manifesta os limites impostos pelos bons costumes comete ato ilícito, reprovável apenas moralmente.

---

19. Acerca das obrigações alternativas, de acordo com o Código Civil, assinale a alternativa correta.

a) Quando a escolha couber ao credor e uma das prestações tornar-se impossível por culpa do devedor, o credor terá direito de exigir a prestação subsistente e não poderá pleitear indenização por perdas e danos.

b) Quando a obrigação for de prestações periódicas, a faculdade de opção deverá ser exercida uma única vez.

c) Na obrigação alternativa com várias pessoas com direito de escolha, em não havendo acordo unânime entre elas, quem decidirá será o juiz.

d) Nas obrigações alternativas, a escolha cabe ao credor, se outra coisa não se estipulou.

---

20. Sobre o contrato de mútuo, assinale a alternativa correta.

a) Mútuo é o empréstimo de coisas infungíveis.

b) O mútuo feito à pessoa menor, sem prévia autorização daquele sob cuja guarda estiver, não pode ser reavido nem do mutuário, nem de seus fiadores, ainda que o menor tenha agido de má fé.

c) Permite-se mútuo oneroso de dinheiro, com cobrança de juros, desde que respeitado o limite legal.

d) Não havendo estipulação sobre o prazo, será este de 45 dias, em se tratando de produtos agrícolas.

---

21. Com base no Livro “Disposições Finais e Transitórias”, da Lei 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), assinale a alternativa correta.

a) É de 5 (cinco) dias o prazo para a interposição de qualquer agravo, previsto em lei ou em regimento interno de tribunal, contra decisão de relator ou outra decisão unipessoal proferida em tribunal.

b) O incidente de desconsideração da personalidade jurídica aplica-se ao processo de competência dos juizados especiais.

c) As disposições de direito probatório adotadas pelo Código de Processo Civil aplicam-se imediatamente, inclusive em relação àquelas provas requeridas ou determinadas de ofício antes da data de início de sua vigência.

d) Sempre que a lei remeter a procedimento previsto na lei processual sem especificá-lo, será observado o procedimento sumário previsto neste Código.

---

22. Com base na Lei 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), sobre os atos processuais, assinale a alternativa correta.

a) De comum acordo, o juiz e as partes podem fixar calendário para a prática dos atos processuais, mas as disposições não são vinculantes para o juiz.

b) Desde que observadas as restrições constitucionais relativas à inviolabilidade de domicílio (Art. 5º, inc. XI, da Constituição Federal), é lícita a citação realizada por oficial de justiça às 23 (vinte e três) horas, em feriado, independentemente de autorização judicial.



c) Agendada data para audiência no calendário fixado de comum acordo pelas partes e pelo juiz, as partes devem ser intimadas para nela comparecerem, por meio de publicação em órgão oficial.

d) Presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, no caso de a modificação temporária ou definitiva de endereço ter sido devidamente comunicada ao juízo.

---

23. Com base na Lei 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), sobre o procedimento comum, assinale a alternativa correta.

a) No litisconsórcio passivo, se um dos litisconsortes apresentar petição informando ao juízo desinteresse em participar da audiência de conciliação, a partir da data de apresentação desse pedido começará a fluir o prazo para contestar a ação, unicamente em relação ao litisconsorte desinteressado.

b) Quanto ao ônus da prova, é certo que, em regra, compete ao autor provar os fatos constitutivos de seu direito e ao réu a existência de fatos impeditivos, modificativos ou extintivos do direito do autor. Tais regras, de ordem pública, não podem ser alteradas por convenção das partes.

c) Admite-se, no procedimento comum, o julgamento antecipado do mérito, desde que verse sobre todos os pedidos formulados pelo autor na inicial, sendo inadmissível, portanto, julgamento antecipado parcial do mérito.

d) Considera-se devidamente fundamentada a decisão judicial que não enfrenta todos os argumentos deduzidos no processo capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada pelo julgador.

---

24. Acerca dos impostos, com base na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do Supremo Tribunal Federal (STF), assinale a alternativa correta.

a) De acordo com o STJ, incide IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) sobre bem imóvel localizado em zona urbana do Município na hipótese do proprietário utilizar o terreno urbano para exploração de atividade agrícola, rural, extrativista ou pecuária.

b) De acordo com o STF, incide IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) na importação de automóveis por pessoas físicas para uso próprio.

c) Segundo o STF, é constitucional a lei municipal que tenha estabelecido, antes da emenda constitucional 29/2000, alíquotas progressivas para o IPTU, em razão do valor do imóvel.

d) De acordo com entendimento sumulado do STJ, cabe à legislação federal estabelecer o sujeito passivo do IPTU.

25. Sobre a Administração Tributária, com base no Código Tributário Nacional, assinale a alternativa correta.

a) É vedada a divulgação, por parte da Fazenda Pública, de informações sobre a situação econômica e financeira dos contribuintes, em se tratando de representação fiscal para fins penais.

b) A ausência da indicação no termo de inscrição em dívida ativa do CPF (Cadastro de Pessoas Físicas) é causa de nulidade.

c) Por força do princípio *iura novit curia* (dever de o juiz conhecer o direito), o termo de inscrição em dívida ativa deverá descrever a origem e natureza do crédito, sendo desnecessário indicar especificamente a disposição legal em que seja fundado.

d) A ausência ou mesmo o erro do nome do devedor no termo de inscrição em dívida ativa é causa da nulidade da inscrição, que poderá, entretanto, ser sanada até a decisão de primeira instância, mediante substituição da certidão nula.

---

26. Sobre os atos administrativos, é correto afirmar que:

a) Os atos administrativos complexos são aqueles em que a vontade de um órgão se submete à posterior ratificação por parte de outro.

b) Os atos administrativos compostos são aqueles que exigem a manifestação de vontade de dois ou mais órgãos para o seu aperfeiçoamento.

c) Para a teoria dos motivos determinantes, a validade do ato vincula-se aos motivos indicados como seu fundamento, de tal modo que, se inexistentes ou falsos, implicam a sua nulidade.

d) Em face do princípio republicano da separação dos poderes, é vedado ao Poder Judiciário efetuar controle de legalidade dos atos administrativos.

---

27. A licitação é, nas palavras de Hely Lopes Meireles, “o procedimento administrativo mediante o qual a Administração Pública seleciona a proposta mais vantajosa para o contrato de seu interesse”. Sobre o tema, com fulcro na Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, é correto afirmar que:

a) Os bens imóveis da Administração Pública, cuja aquisição haja derivado de procedimentos judiciais ou de dação em pagamento, poderão ser alienados por ato da autoridade competente, mediante adoção de procedimento licitatório, exclusivamente sob a modalidade de leilão.

b) Concorrência é a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.

c) É dispensável a licitação quando houver inviabilidade de competição.

d) Nos casos em que couber convite, a Administração poderá utilizar a tomada de preços e, em qualquer caso, a concorrência.

28. Sobre as férias, de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, é correto afirmar que:

a) O período das férias gozadas não será computado como tempo de serviço.

b) Excepcionalmente, as férias poderão ser concedidas em 2 (dois) períodos, um dos quais não poderá ser inferior a 10 (dez) dias corridos, não se aplicando essa exceção aos menores de 18 (dezoito) e maiores de 50 (cinquenta) anos.

c) Os empregados contratados há menos de 12 (doze) meses, por não terem completado o período aquisitivo, não poderão ser incluídos em férias coletivas.

d) Os adicionais por trabalho extraordinário, noturno, insalubre ou perigoso, poderão ser computados no salário que servirá de base ao cálculo da remuneração das férias.

29. Com base na Lei das Eleições (Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997), é correto afirmar que:

a) Na internet, é vedada a veiculação de qualquer tipo de propaganda eleitoral paga.

b) Na votação para as eleições proporcionais, serão anulados os votos em que não seja possível a identificação do candidato, ainda que o número identificador do partido seja digitado de forma correta.

c) As doações e contribuições de pessoas jurídicas para campanhas eleitorais poderão ser feitas a partir do registro dos comitês financeiros dos partidos ou coligações.

d) As credenciais de Fiscais e Delegados serão expedidas, exclusivamente, pelo cartório eleitoral.

30. De acordo com a Lei Municipal 198/2005, que instituiu o Código Tributário do Município de Primeiro de Maio - PR, é correto afirmar que:

a) Podem ser beneficiados com a isenção do IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) os aposentados e pensionistas, desde que possuam um único imóvel, ainda que nele não residam.

b) Os engraxates são isentos do ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza).

c) A cessão de direitos do arrematante ou adjudicatário, depois de assinado o auto de arrematação ou adjudicação, não é fato gerador do ITBI (Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis e de direitos reais a eles relativos), por expressa disposição legal.

d) O patrimônio da União é imune à incidência de impostos, taxas e contribuições de melhoria municipais.

## GABARITO

PREENCHA SUAS RESPOSTAS NO QUADRO ABAIXO E DESTAQUE NA LINHA PONTILHADA

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30